



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

SÉRGIO LUIZ SILVA BORGES

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO
FUNDAMENTAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sérgio Luiz Silva Borges

A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 30 de Novembro de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Professor – Avaliador

Professora Marielle Morais de Oliveira – Orientadora

Professor Sérgio Luiz Silva Borges – Cursista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1 A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	06
1.2 Aspectos Gerais sobre Leitura.....	06
1.3 Aspectos Gerais sobre a escrita.....	08
2. ALFABETIZAÇÃO e LETRAMENTO.....	11
3. A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NA ESCOLA MUNICIPAL SIMÃO DA COSTA CAMPOS.....	15
CONCLUSÃO.....	16
REFERÊNCIAS.....	17
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	18

RESUMO

A leitura e a escrita são atividades imprescindíveis para o homem no mundo moderno tendo em vista se tratar dos mais importantes mecanismos para se alcançar a sabedoria. Não basta tão somente saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso da leitura e da escrita, isto é, não basta ser alfabetizado, é preciso ser letrado. Torna-se importante abordar a necessidade da gestão democrática do ensino levando-se em consideração a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola a fim de ter bons resultados no ensino-aprendizagem. Para tanto a pesquisa será baseada em um levantamento bibliográfico para que se possa discutir o assunto no âmbito do ensino-aprendizagem. Analisar o presente tema é uma maneira de contribuir com os estudos acadêmicos e, também, instigar nos alunos e educadores a mudança necessária para se alcançar a satisfação no processo de alfabetização e aprendizagem nas escolas.

Palavras-chave: Letramento – Alfabetização – Leitura e escrita.

INTRODUÇÃO

A leitura e a escrita são atividades imprescindíveis para o homem no mundo moderno tendo em vista se tratar dos mais importantes mecanismos para se alcançar a sabedoria.

Devido a essa grande importância tem-se evoluído para a prática de ensino de um novo fenômeno educacional, o letramento. “Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro do contexto onde a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida do aluno” (SOARES, 2006).

Diante desse conceito, extrai-se que o letramento começa a ganhar maior importância a partir do momento em que o conceito de alfabetização torna-se insatisfatório para o processo de aprendizagem.

Com isso, não basta tão somente saber ler e escrever, é preciso saber fazer uso da leitura e da escrita, isto é, não basta ser alfabetizado, é preciso ser letrado.

Torna-se importante abordar a necessidade da gestão democrática do ensino levando-se em consideração a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola a fim de ter bons resultados no ensino-aprendizagem.

Sendo assim, é com base no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita na atualidade, que o presente trabalho se desenvolverá de forma a abordar os métodos de ensino utilizados nas escolas brasileiras, bem como, analisar se os resultados obtidos são realmente eficazes, isto é, se estão sendo satisfatórios a formar cidadãos letrados.

Para tanto a pesquisa será baseada em um levantamento bibliográfico para que se possa discutir o assunto no âmbito do ensino-aprendizagem. Analisar o presente tema é uma maneira de contribuir com os estudos acadêmicos e, também, instigar nos alunos e educadores a mudança necessária para se alcançar a satisfação no processo de alfabetização e aprendizagem nas escolas.

1. A CONSTRUÇÃO DA LEITURA E DA ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL

1.1 Aspectos gerais sobre a leitura

A leitura é uma das principais atividades desenvolvidas pela escola para a formação do aluno. Trata-se de uma atividade de extrema relevância para a vida de qualquer cidadão.

Para Luiz Carlos Gagliari “A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma” (2003, p. 148).

A leitura é “toda manifestação linguística que uma pessoa realiza para recuperar um pensamento formulado por outra e colocado em forma de escrita” (GAGLIARI, 2003, p. 155).

Segundo Graça Paulino (2001, p.11) “Leitura significa ato ou efeito de ler, mas também arte de decifrar um texto segundo um critério”. A leitura desperta no indivíduo o desejo constante de decifrar e interpretar o sentido das coisas levando-o a perceber o mundo sob diversas dimensões.

Ainda, Luiz Carlos Gagliari (2003) dispõe:

Ler é um processo de descoberta, como a busca do saber científico. Outras vezes requer um trabalho paciente, perseverante, desafiador, semelhante à pesquisa laboratorial. A leitura pode também ser superficial, sem grandes pretensões, uma atividade lúdica, como um jogo de bola em que os participantes jamais se preocupam com a lei da gravidade, a cinética e a balística, mas nem por isso deixam de jogar bola com gosto e perfeição (GAGLIARI, 2003, p. 149).

Conforme, Paulino (2001) a etimologia da palavra leitura, ler significa contar, enumerar letras, em seguida significa colher e por último, roubar, esses significados traduzem três níveis de leitura.

No primeiro nível, o aluno soletra, repete fonemas, agrupam-nos em sílabas, palavras e frases. É esse, o primeiro estágio da leitura e, por conseguinte, da alfabetização.

No segundo, o aluno passa à interpretação do texto, isto é, cabe ao leitor buscar a mensagem do texto, seu tema, descobrir que sentido o autor quis dar ao seu texto.

No terceiro nível, o aluno vai buscar no texto outros sentidos, construindo-os com sinais que aí estão, mesmo que o autor não tivesse consciência deles. Nesse tipo de leitura, o leitor tem mais poder sobre o texto.

A leitura se faz além dos diferentes níveis, também em diferentes modos, quais sejam: leitura funcional, leitura crítica e leitura literária.

A leitura funcional ou operacional se faz em busca do conhecimento através dos livros didáticos, nas enciclopédias, etc. “Aluno e professor precisam recorrer à leitura como meio de obtenção de conhecimento, logo, ela não é de responsabilidade apenas do professor da língua portuguesa”. (PAULINO, 2001, p.12)

A leitura crítica, formativa ou de opinião é aquela mais frequente no texto jornalístico e, principalmente, o editorial. Esse tipo de texto pretende fazer a cabeça do leitor e por isso, faz-se necessário recorrer à leitura crítica, que busca desvelar o texto, lendo-o nas entrelinhas.

A leitura literária tem várias possibilidades, no qual o leitor pode escolher seus próprios caminhos, está mais relacionada ao desejo de leitura, o que impõe a importância do sujeito leitor.

Ainda, a leitura pode ser ouvida, vista ou falada. Um texto escrito pode ser decifrado e decodificado por alguém que o traduz através da fala, é o que ocorre, normalmente, nos primeiros anos de escola. Essa leitura oral ou falada é feita não apenas por quem lê, mas pode ser dirigida a outras pessoas, que também lêem o texto ouvindo-o. (GAGLIARI, 2003, p. 155).

Ouvir histórias é também uma forma de ler. “A diferença entre ouvir a fala e ouvir a leitura está em que a fala é produzida espontaneamente, ao passo que a leitura é baseada num texto escrito, que tem características próprias diferentes da fala espontânea” (GAGLIARI, 2003, p. 155).

A cultura brasileira durante muito tempo se constituiu de livros escritos e da leitura silenciosa visual. Essa leitura silenciosa é a mais comum entre as pessoas e uma das melhores formas que favorece a reflexão de um texto.

Por se tratar de um fenômeno de extrema importância, a atenção a que se deve dar para o ensino-aprendizagem da leitura torna-se fator essencial na área da educação. A escola precisa ensinar o aluno a ler e a entender não só palavras, textos, a leitura deve ser seguida de raciocínio lógico, devendo a mesma não ficar restrita apenas à literatura, ao noticiário, mas, deve estar presente em todos os textos específicos de cada matéria.

Segundo Gagliari (2003) deve-se ressaltar que tudo que se ensina na escola está diretamente ligado à leitura e depende dela para se manter e se desenvolver. No entanto, ler não é tarefa fácil, pelo contrário, é uma atividade extremamente complexa que envolve problemas não apenas semântico, mas culturais, ideológicos, filosóficos e até fonéticos.

Desse modo, importante se faz a escola se preocupar não em acumular conhecimento, mas ensinar a raciocinar, buscar que o aluno desenvolva a criatividade, a imaginação, o espírito de iniciativa, e acima de tudo, consiga entusiasmar-lo a adquirir conhecimento de forma prazerosa

É na escola que o aluno tem um maior contato com os livros, textos, descobre outros caminhos e alimentam o gosto pela leitura como experiência de vida para alunos e professores.

Uma escola que pretenda formar o leitor polivalente e crítico deve adotar uma metodologia de ensino que motive os alunos para a leitura, fazendo-o aprender a gostar de ler e ver a leitura como fonte de prazer e conhecimento.

1.2 Aspectos Gerais Sobre a Escrita

Estritamente ligada à leitura encontra-se a escrita que segundo o dicionário Aurélio (2006) significa: “representação de palavras ou ideias por meio de sinais; escritura”. A escrita é um processo que sucede a prática da fala e da leitura, é na verdade, o ato de exteriorizar o que se observa o que se sente.

Segundo Luiz Carlos Gagliari

A escrita é algo com o qual nós, adultos, estamos tão envolvidos que nem nos damos conta de como vive alguém que não lê e não escreve, de como a criança encara essas atividades, de como de fato funciona esse mundo caótico e complexo, que nos parece tão familiar e de uso fácil. (GAGLIARI, 2003, p. 96)

Atualmente, o ensino de português tem sido intensamente voltado para a escrita, tendo em vista sua extrema importância, pois, só através da mesma se pode registrar a variação da língua ao longo do tempo.

Ademais, conforme dispõe Roberto de Queiroz

Acredito que só a escrita nos permite eternizar nossa passagem pela vida, em consonância com o nosso modo de ser, de agir e de pensar. E, no tangente isso, a lingüística tem desempenhado um papel relevante, por meio de seus estudos diacrônicos e sincrônicos, relativamente aos fenômenos da linguagem, da língua e da fala do ser humano, bem como os aspectos pedagógicos, psicológicos, filosóficos, sociais e históricos (QUEIROZ, 2008, p.1)

Deve-se ressaltar que escrever é um dos objetivos mais importantes da alfabetização, a escrita está por todos os lados, fazendo parte da paisagem cotidiana, trata-se de uma atividade nova para a criança que é vivenciada não apenas no âmbito escolar, mas em todas as esferas de atividades (KLEIMAN, 2005, p.6).

Para se caminhar ao ensino-aprendizagem adequado da escrita é preciso saber o que o aluno espera da escrita, qual julgamento faz de sua utilidade, e, a partir daí, a escola deve concentrar sua programação, isto é, sua metodologia de ensino e, para tanto, vários métodos são aplicados no intuito de favorecer um melhor aprendizado.

Os métodos sintéticos e os métodos analíticos foram os determinantes por muito tempo do sistema de ensino da leitura e escrita. O primeiro priorizava o ensino da leitura através da utilização dos métodos, alfabético ou de soletração, fônico e o silábico.

O método alfabético tratava-se da decoraçãõ oral das letras do alfabeto, o método fônico buscava ensinar a diferença do som e da letra mostrando a relação existente entre fonema e a escrita que proporciona um melhor aprendizado, o método silábico buscou a utilização da sílaba como unidade principal para o ensino da leitura e da escrita.

Já o método analítico surgiu de forma a romper com o processo de decifração propondo novas formas de trabalho que priorizam a análise e compreensão da palavra, da frase e do texto. No método de palavração as palavras são apresentadas de forma agrupada e utiliza-se a técnica da memorização. No método de sentençação primeiro é realizada a leitura do texto, para posterior reconhecimento das sentenças, das palavras e finalmente das sílabas, essa busca de significado trouxe para o ensino grandes avanços.

Esse novo método de ensino da escrita busca formar o indivíduo letrado e não somente alfabetizado lançando mão de novas tecnologias de ler e escrever para interagir no mundo moderno.

As escolas devem buscar formar aluno-escriptor e, para tanto, o educador deve propor aos seus alunos atividades de interação com a linguagem escrita, através da disponibilização de materiais de escrita e de leitura na sala e do incentivo à sua exploração. “As estratégias e atividades específicas a desenvolver deverão ter como finalidade facilitar a apropriação da funcionalidade da linguagem escrita” (CUNHA, 2011, p.54).

Para se escrever bem “Não basta saber escrever. É preciso ter uma motivação para isso” (GAGLIARI, 2003, p.102,). A motivação da escrita é sua própria razão de ser, e encontra-se fundamento, no fato de ter a escrita como objetivo principal, permitir a leitura. Daí, a ligação entre a escrita e a leitura.

É a leitura uma interpretação da escrita que consiste em traduzir símbolos escritos em fala. “Alguns tipos de escrita se preocupam com a expressão oral e outros simplesmente com a transmissão de significados específicos, que devem ser decifrados por quem é habilitado”. (GAGLIARI, 2003, p. 103)

A escrita, seja ela qual for, sempre foi uma maneira de representar a memória coletiva religiosa, mágica, científica, política, artística e cultural. O ato de ler e escrever são tão importantes, que “Para a maioria das pessoas, além de aprender a andar e a falar, é comum aprender a ler e a escrever” (GAGLIARI, 2003, p.112).

Deve-se ressaltar que a escola representa para muitos, a única oportunidade de ler e escrever, por isso, o papel da escola é fundamental na formação educacional do cidadão, sendo assim, necessário se faz passar ao estudo da alfabetização no Brasil nos dias atuais.

2. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita sempre assumiu grande importância na área da educação no Brasil, pois se extrai que é através da aprendizagem desses dois mecanismos que o cidadão se desenvolve para o mundo, daí a tamanha preocupação das escolas, professores e demais profissionais da educação.

Segundo Diogo E Goretti (2011) a alfabetização significa levar à aquisição do alfabeto, ou seja, ensinar a ler e a escrever. Entretanto, alfabetização tem se deparado com um novo paradigma social que exige uma relação entre educando e o mundo.

A linguagem escrita torna-se fruto de um esforço coletivo e tem um significado social: possibilita ao sujeito ampliar seu conhecimento do mundo e do tempo em que está inserido. Logo, trata-se a leitura e a escrita de práticas vivenciadas pelo aluno ao longo da vida escolar e, também, nas práticas da vida cotidiana que merecem atenção para se obter sucesso na alfabetização.

Conforme dispõe Paulo Freire (1991):

O conceito de alfabetização tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito, pois, enquanto prática discursiva possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social (FREIRE, *apud* GODOTTI, p. 68, 2008).

O termo alfabetização, sempre entendido de uma forma restrita como aprendizagem da leitura e da escrita, foi ampliado. Já não basta aprender a ler e escrever. Existem novas exigências do mundo contemporâneo, e, por isso, surge o termo letramento que “tem sido utilizado por alguns estudiosos para designar o processo de desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita nas práticas sociais e profissionais” (GODOTTI, p. 68, 2005).

Em outras palavras, a fim de suprir as novas demandas da sociedade, cada vez mais centrada na escrita, que exigem adaptabilidade às transformações que ocorrem em ritmo acelerado, atualização constante, flexibilidade e mobilidade para ocupar novos postos de trabalho surgem o letramento, intimamente, ligado às práticas sociais e às atividades cotidianas do ser humano.

O termo letramento é mais amplo do que a alfabetização e por isso, ganha maior força significativa diante da emergência dos novos usos da língua escrita, entretanto, segundo Magda Soares (2003):

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, lingüísticas e psicolingüísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES,2003, p.5)

Em outras palavras,

Alfabetização e o letramento se somam, são complementos. Enquanto alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-la ao exercício das práticas sociais de leitura e escrita (SOARES, 2003, p. 5).

Deve-se ressaltar que há diferença entre alfabetização e letramento, “enquanto a alfabetização se ocupa da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. (TFOUNI, 1995 apud MORAES, p.4, 2005).

Desse modo, o letramento é mais amplo que as práticas de ler e escrever tem além da função educacional, sua função social, enquanto a alfabetização encarrega-se em preparar o indivíduo para a leitura e um desenvolvimento maior do letramento do sujeito (DIOGO; GORETTI, 2011)

Ainda, deve-se ressaltar que a alfabetização e letramento são práticas que se completam e enriquecem o desenvolvimento do aluno, é importante alfabetizar letrando para que se possa atingir a educação de qualidade que possa atender às

exigências atuais. Deve-se buscar um ensino, em que os educandos não sirvam apenas para acumular conhecimentos, mas, sobretudo, possam utilizar seus conhecimentos para transformarem positivamente a sociedade.

Nesse sentido, dispõe Godotti (2005):

Letramento é uma tradução para o português da palavra inglesa “literacy” que pode ser traduzida como a condição de ser letrado. Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado. Alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever; letrado é aquele que sabe ler e escrever, mas que responde adequadamente às demandas sociais da leitura e da escrita. Alfabetizar letrando é ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, assim o educando deve ser alfabetizado e letrado. A linguagem é um fenômeno social, estruturada de forma ativa e grupal do ponto de vista cultural e social. A palavra letramento é utilizada no processo de inserção numa cultura letrada (GODOTTI, 2005, p. 12).

Como se pode observar letramento e alfabetização, embora tenham significados diferentes, se completam e, por isso, merecem atenção da escola e das práticas didáticas utilizadas.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) é excelente uma vez que avalia o livro didático segundo critérios sensatos. Porém, na alfabetização e letramento há um problema a ser resolvido. Fala-se atualmente somente em livros didáticos, excluindo as cartilhas do mercado, porém, esse desaparecimento se dá concomitantemente com o conceito de método e não é possível ensinar a ler e escrever, ou qualquer coisa em educação, sem um método.

Contudo, mesmo com dificuldades metodológicas é importante que o professor alfabetize letrando sem descuidar da especificidade do processo de alfabetização, isto é, de ensinar a criança e ela aprender ao mesmo tempo preparando-as para as práticas sociais de leitura e escrita que o mundo contemporâneo tem exigido.

Tratar da prática pedagógica adotada pela escola e professores é um ponto primordial no desenvolvimento da aprendizagem, é importante diagnosticar o conhecimento dos alunos e em seguida, planejar as atividades que irão auxiliar no ensino-aprendizagem.

É importante criar estratégias de ensino com o apoio dos professores, alunos, sociedade, isto é, deve-se buscar uma verdadeira gestão democrática de forma a propiciar não só o acesso do aluno à escola, mas, principalmente, sua permanência no processo educativo.

3. A construção da leitura e da escrita na Escola Municipal Simão da Costa Campos

Na busca de um ensino de qualidade, a Escola Municipal Simão Campos conta com um projeto político pedagógico para atender 140 (cento e quarenta) alunos do ensino fundamental. Esse projeto foi desenvolvido com a ajuda das famílias, comunidade, alunos e profissionais da educação de forma a proporcionar um projeto participativo e condizente com a realidade dos alunos.

A educação é um setor de extrema importância na sociedade e, por isso, deve-se buscar promover o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita de forma eficaz, capaz de desenvolver no aluno conhecimentos positivos não só para a vida escolar, mas para o seu cotidiano dentro da sociedade.

Para tanto, na referida escola, busca-se superar as deficiências da aprendizagem com práticas pedagógicas qualitativas, avaliando não só a aprendizagem do aluno, mas o que é ensinado pelos professores. Os resultados com a leitura e a escrita na escola tem sido satisfatórios a formar alunos pensantes, não só alfabetizados, mas, sobretudo, letrados.

Tem-se enfatizado práticas que ampliam o aprofundamento da concepção de infância, pré-adolescência e adolescência, considerando assim o desenvolvimento da capacidade de aprender e o pleno domínio da leitura e da escrita.

A formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos entre alunos e professores, a utilização de práticas pedagógicas capazes de proporcionar o ensino-aprendizagem da leitura e da escrita de forma eficaz, tem sido objetivos primordiais da Escola Municipal Simão Campos que tem como meta a alfabetização e letramento do aluno de forma a prepará-lo para a vida.

CONCLUSÃO

O assunto do presente artigo permeou-se no processo de ensino-aprendizagem da leitura e da escrita no âmbito educacional brasileiro. Constatou-se que são processos intimamente ligados, isto é, a escrita tem como principal objetivo permitir a leitura, assim, um processo não teria sentido sem o outro.

Das atividades de leitura e escrita surge o fenômeno do letramento, termo utilizado para designar o processo de desenvolvimento dessas habilidades nas práticas sociais e profissionais.

Esse processo tem assumido extrema importância no mundo moderno que tem exigido da sociedade não somente a prática da leitura e escrita, isto é, tem exigido, além de pessoas alfabetizadas, pessoas letradas, preparadas para as práticas sociais da leitura e da escrita.

Entretanto, restou-se claro que a alfabetização e letramento se completam, não podendo ser dissociados, uma vez que a princípio o estudo do aluno no universo da escrita se dá concomitantemente por meio desses dois processos: a alfabetização, ato de ler e escrever, e pelo desenvolvimento de habilidades da leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, o letramento.

Enfim, a alfabetização deve se desenvolver em um contexto de letramento como início da aprendizagem da escrita, como desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes de caráter prático em relação a esse aprendizado.

Deve-se ter em mente que alfabetização e letramento se somam, e por isso, devem ser praticadas da melhor forma possível a fim de se alcançar um eficaz aprendizado do aluno.

REFERÊNCIAS

DIOGO, Emilli Moreira; GORETTI, Milena da Silva. **Letramento e Alfabetização: uma prática pedagógica.** Disponível em http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5806_2767.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2013.

GAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Lingüística.** Editora Scipione. São Paulo, 2003, p.96,102,103,112,148, 149 e 155.

GODOTTI, Moacir. **Alfabetização e Letramento.** Disponível em <http://intervox.nce.ufrj.br/htm>. Acesso em 20 de maio de 2008.

KLEIMAN, Angela B. **Preciso “ensinar” o letramento.** Disponível em http://www.iel.unicamp.br/cefiel/alfalettras/biblioteca_professor/arquivos/5710.pdf. Acesso em 04 de dezembro de 2013.

MORAES, M.G. Alfabetização – Leitura do Mundo, Leitura da Palavra – E Letramento: algumas Aproximações, 2005. Disponível em: <http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_26.pdf> Acesso em 04 de dezembro de 2013.

PAULINO, Graça. **Pensando a leitura: Tipos de texto, modos de leitura.** Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001,p.11-12.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Escola Municipal Escola Municipal Simão da Costa Campos. Lassance / MG.2013,p.17.

QUEIROZ, Roberto. **A importância da escrita.** Disponível em <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/709738>. Acesso em 20 de maio de 2008.

SOARES, Magda Becker. **O que é Letramento.** Diário na Escola Santo André. Jornal do Brasil, 2003, p.5.

_____. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte. Autêntica, 1998.

ANEXO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS**

**DIRCILENE FERREIRA DE OLIVEIRA
FABIO LOPES DE OLIVA
HALYNE CRISTINE ALMEIDA
SÉRGIO LUIZ SILVA BORGES**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
SIMÃO DA COSTA CAMPOS**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora tal Marielle Morais de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	03
1. FINALIDADES DA ESCOLA	05
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	08
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	08
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica.....	10
3. CURRÍCULO.....	12
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	14
5. PROCESSOS DE DECISÃO	17
6. AVALIAÇÃO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

INTRODUÇÃO

É urgente a construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, escola esta que assuma, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas em sua estrutura, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares, nas formas de ensinar, aprender, avaliar, organizar, desenvolver o currículo, e trabalhar com o conhecimento, respeitando as singularidades do desenvolvimento humano.

Para que o ensino fundamental seja assumido como direito público subjetivo e, portanto, objeto de recenseamento e de chamada escolar pública (LDB 9.394/1996, Art.5º). Faz-se necessário, ainda, ressaltar que em análise o documento que ora apresenta, é possível afirmar que este busca em sua fundamentação teórica efetivar um Ensino de qualidade empenhado com a construção sólida do saber a ser apresentado e consolidado na instituição de ensino.

A Escola Municipal Simão da Costa Campos, localizada na área rural de lagoinha I do município de Varzelândia – Minas Gerais atende aos alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental em Tempo Integral.

A estrutura física da escola fica, assim, definida: 05 salas de aula, sendo que no turno matutino, são atendidos os alunos do 5º(Ciclo Complementar do Ensino Fundamental), 6º, 7º (Ciclo Intermediário do Ensino Fundamental) e 8º e 9º (Ciclo de Consolidação do Ano do Ensino Fundamental) e no turno vespertino compreende as turmas multiseriadas de 1º e 2º Ano e 3º e 4º Ano, assim no turno vespertino a escola dispõe de 02(duas) salas de aula ociosas para atendimento a demanda dos alunos atendidos em tempo integral, já no turno matutino não há disponibilidade de salas de aulas.

O regimento da escola compreende ao atendimento educacional de 140 (cento e quarenta) alunos, conforme relação de matrícula inicial realizada pela instituição, na modalidade de Ensino regular e de tempo integral da Rede Municipal de Educação e sob orientação da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Sendo dirigido o ensino de Anos Finais do Ensino Fundamental – 6º ao 9º Ano por 02(dois) professores de língua Portuguesa, 01(um) professora de Língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) professor de Educação Religiosa, 01(um)

professor de Matemática, 01(um) professor de Redação, 01(um) professor de Ciências, 01(um) professor de História, 01(um) professor de Geografia, 01(um) professor de Educação Física.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são 03 (três) professores que desenvolvem os conteúdos básicos estabelecidos no Plano Curricular Municipal conforme a Resolução estabelecida pela Secretaria de Estado de Educação e 01(um) professor de Educação Física e 01(um) professor de língua Estrangeira Moderna- Inglês, 01(um) Especialista da Educação Básica como recurso de apoio pedagógico e 01(um) Diretor Escolar.

A comunidade em que a escola está inserida é considerada em nível sócio-econômico baixo, sendo que a maioria dos “chefes de família” desloca-se dela de 06 a 10 meses para trabalho em lavouras de café e pepino em outras regiões de forma a subsidiar as despesas em casa, a principal renda das famílias é advinda de Programas Governamentais como Bolsa Escola.

Pensar um projeto de educação implica pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é o documento que depois de formulado deve nortear todas as ações da escola e sua construção dá-se na coletividade, nesse sentido foi de extrema importância no período de elaboração do Projeto Político Pedagógico o envolvimento com as famílias e comunidade assim como a participação ativa nas reuniões e atividades extracurriculares da instituição de ensino.

Em relação ao processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico, o instrumento imprescindível para esse acontecimento é o planejamento participativo, que colabora no sentido da efetiva participação de todos nas decisões. Vasconcelos (2000, p. 169) revela que o Projeto Político Pedagógico “pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar”. Assim, o planejamento participativo é a base para o Projeto Político Pedagógico poder construir a identidade da escola e dos sujeitos que a congregam. Desta forma, educando e educador, bem como a comunidade em geral podem exercer sua cidadania, percebendo-se como sujeitos socio-históricos na construção de uma nova sociedade.

1. FINALIDADES DA ESCOLA

A educação é hoje, sem dúvida, o maior legado que uma família pode proporcionar aos seus. Cada vez mais, governos, pais e equipe pedagógica se unem no sentido de promover a equidade educacional a crianças e jovens.

A promoção da educação, bem como sua real efetivação se constitui como tarefa árdua e constante nos debates atuais, daí a importância de se construir um projeto que vá ao encontro das perspectivas geradas no âmbito educacional.

Apresentaremos a Proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, da Comunidade de Lagoinha I, do município de Varzelândia/MG, através do qual foi proposto a legitimidade e a efetividade das ações formativas da opinião pública, condições pedagógicas, administrativas, financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis da gestão educacional e além de tudo respeitando as crianças como sujeitas da aprendizagem.

A sua elaboração foi desenvolvida de forma a efetivar a participação efetiva da comunidade escolar, principalmente os pais das crianças sendo estes atores indispensáveis para subsidiar a prática pedagógica, considerando parceiros de extrema importância para o sucesso do Ensino.

Num mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que, hoje, são praticadas.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las.

Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam ideias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. Refletir sobre o Ensino Fundamental em seu conjunto significa pensar a gestão, o projeto pedagógico, os espaços, os tempos, a formação continuada, a avaliação, o currículo, as metodologias, o conteúdo, a educação integral, os conceitos de infância, pré-adolescência e adolescência.

Para tanto, é essencial voltar nosso pensamento aos conceitos teóricos que, devem permear a política pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, identificando pontos de defasagem e buscando a superação dos mesmos, estudando-os a partir de um tratamento político, administrativo e pedagógico, alertando para a observância das leis e reconhecendo como prerrogativa da escola a fixação de projeto político-pedagógico que tenha como pressupostos os referenciais teóricos que representam a opção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica apontada pela comunidade escolar a que se destina.

Nesse sentido, como ponto de partida desta Proposta Política Pedagógica para o Ensino Fundamental, são necessárias orientações pedagógicas que concebam a escola como intercessora qualitativa junto à comunidade. Para tanto, faz-se necessária uma avaliação constante, levando em consideração seu projeto pedagógico, sua constituição para o social e o mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que, hoje, são praticadas.

Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacioná-las, sintetizá-las, analisá-las e avaliá-las.

Juntos, estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece em cada sala de aula quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam ideias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo. Refletir sobre o Ensino Fundamental em seu conjunto significa pensar a gestão, o projeto pedagógico, os espaços, os tempos, a formação continuada, a avaliação, o currículo, as metodologias, o conteúdo, a educação integral, os conceitos de infância, pré-adolescência e adolescência.

Para tanto, é essencial voltar nosso pensamento aos conceitos teóricos que, devem permear a política pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, identificando pontos de defasagem e buscando a superação dos mesmos, estudando-os a partir de um tratamento político, administrativo e pedagógico, alertando para a observância das leis e reconhecendo como prerrogativa da escola a fixação de projeto político-pedagógico que tenha como pressupostos os

referenciais teóricos que representam a opção filosófica, política, socioantropológica e pedagógica apontada pela comunidade escolar a que se destina.

Nesse sentido, como ponto de partida desta Proposta Política Pedagógica para o Ensino Fundamental, são necessárias orientações pedagógicas que concebam a escola como intercessora qualitativa junto à comunidade. Para tanto, faz-se necessária uma avaliação constante, levando em consideração seu projeto pedagógico, sua constituição para o social e o conhecimento de seus alunos, constituindo-se numa organização aprendente, que qualifica não só os que nela aprendem, mas também os que nela ensinam.

Partindo deste princípio, com base as disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/ LDB 9394/96, Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, Diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e Secretaria Municipal de Educação de Varzelândia - MG, assim como a relação entre a realidade da Escola Municipal Simão da Costa Campos e fundamentados por pensadores de Educação, fundamentaram o Projeto político Pedagógico da Escola Municipal Simão da Costa Campos, sendo necessário considerar que não há uma ordem pré-estabelecida, para as ações a que se destina este documento as quais podem ser desenvolvidas simultaneamente. Faz-se necessário citar que a retomada do papel da equipe pedagógica e sua função no processo de construção do conhecimento do aluno, bem como do papel da equipe diretiva como responsável pela gestão da escola são indispensáveis para: consideração em relação aos espaços e tempos da escola, planejamento de ampliação e reforma da escola e a sua adequação, assim como para a gestão da aquisição de materiais e equipamentos pedagógicos.

A definição de política de formação continuada em serviço facilitará a reflexão do professor sobre sua prática sendo esta a norteadora das ações pedagógicas condizentes para a promoção do saber, assim como a organização e acompanhamento da implementação de políticas educacionais. Neste sentido a elaboração da proposta pedagógica, com ênfase nas dimensões do desenvolvimento humano, propõe o aprofundamento da discussão sobre a organização curricular e do ensino dentro do processo educativo e sua constituição nos projetos político-pedagógicos das escolas, reforçando a importância de todos os componentes curriculares (no conjunto) e de cada área uma dentro do processo de aprendizagem.

A sistematização da ênfase ao lúdico e ao brincar nas metodologias amplia o aprofundamento da concepção de infância, pré-adolescência e adolescência, considerando assim o desenvolvimento da capacidade de aprender, o pleno domínio da leitura (alfabetização e letramento) e do cálculo, compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades. Neste sentido a formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social, ampliam a discussão sobre a avaliação, sua concepção, os objetivos, instrumentos e modalidades e por fim a consideração de que o processo de aprendizado é constante e ininterrupto, orientando a progressão continuada dentro do ciclo, com possibilidade de manutenção entre os ciclos.

A ampliação do conceito de inclusão para além das questões de necessidades especiais enfatizará a inclusão social, étnica e de gênero e a discussão da política de inclusão das crianças com necessidades especiais viabiliza a discussão do conceito e da política de Educação Integral, apostando no aumento do tempo de permanência do aluno na escola num trabalho qualificado.

A escola precisa, ainda, da participação da comunidade como usuária. Ciente deste serviço, de maneira que as interações sejam permeadas pelo conhecimento das atribuições de cada um, conforme o cargo/papel social que ocupa, de acordo com legislação vigente, assim estabelecendo relações de co responsabilidade. Trata-se de romper com os muros da escola e ampliar as interações da comunidade escolar com seu entorno destituindo a lógica de que o melhor espaço para a aprendizagem é a sala de aula.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A educação, enquanto política pública representa uma estratégia eficiente na mobilização social das pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida, que perpassa pela formação escolar.

A escola, enquanto espaço diário do exercício de cidadania cumpre o papel fundamental de garantir o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, buscando organizar seu tempo pedagógico a fim de atender ao educando no acesso a uma educação de qualidade e de inclusão social.

Assumir o compromisso com a vida das crianças e jovens não é tarefa fácil, porém, é um desafio constante que exige esforço de todos, competência administrativa e pedagógica.

Assim, é preciso compreender alguns aspectos essenciais para fortalecer e melhorar o funcionamento da escola, como: melhor organização do espaço escolar; promoção de uma aprendizagem significativa para a vida do educando, articulando-se com os conhecimentos anteriores, planejando atividades e criando situações que permitam agregar os vários conceitos anteriores; avaliação e intervenção nos conteúdos e na metodologia do ensino para cada grupo de alunos; avaliação contínua da aprendizagem dos alunos, intervenção nos conteúdos e na metodologia.

Como dos resultados, possibilitando o avanço nos cursos e nos anos, acerca do ensino e aprendizagem; planejamento de ações a curto, médio e longo prazo de forma coletiva, procurando atender a necessidade da comunidade escolar; trabalho com a diversidade de questões que surgem no âmbito da sala de aula, estabelecendo prioridades e mediando situações problemas, na relação professor – aluno; melhor participação de todos os segmentos: família, comunidade e equipe gestora, onde os alunos se sintam acolhidos e seguros, e consigam aprender melhor; valorização dos profissionais e alunos, bem como, o envolvimento de todos, no trabalho em equipe com transparência e clareza nas decisões, com ética profissional fundamentada nas bases legais.

Desta forma, o ambiente escolar deve ser construído coletivamente dentro de um espaço público de discussão, com base num processo de ação-reflexão-ação, voltado para a formação de uma nova concepção de homem, de mundo e de

sociedade, ressignificados com base em princípios humanísticos, democráticos e libertadores. Portanto, faz-se necessário uma análise, e posterior proposição de adequação da estrutura organizacional administrativa e pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos com o objetivo de identificar e implementar as políticas educacionais estabelecidas por este sistema de ensino.

A estrutura administrativa realiza a alocação e gestão dos recursos humanos, físicos e financeiros. Abrange todos os elementos de natureza física, tais como o estado de manutenção do prédio e das instalações e equipamentos; os materiais didáticos, mobiliário, distribuição da dependência e espaços livres, limpeza, ventilação e iluminação.

Neste sentido a estrutura administrativa da Escola Municipal Simão da Costa campos confere aos requisitos “básicos” para o desenvolvimento da ação educativa, com base os elementos de composição da estrutura que são: 05(cinco) salas de aula, 01(um) laboratório de informática, 01(um) pátio, 01(uma) sala de professores, 01(uma) cantina, 01(uma) sala de apoio pedagógico, além de dispor de espaço no arredor da escola para brincadeiras livres ou mesmo dirigidas, 12(doze) Professores, 01(um) Especialista da Educação, 04(quatro) auxiliares de serviços gerais e 04(quatro) monitoras para o Programa Mais Educação- Escola em Tempo Integral, ainda os recursos de suporte ao ensino são diferenciados graças ao recurso financeiro da Unidade Executora da escola, recursos do Programa Mais Educação e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

A estrutura administrativa busca articular com os setores e as funções da escola de forma a favorecer o bom desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem e ainda buscando fortalecer e dinamizar as dimensões pedagógica, administrativa e financeira, garantindo o atendimento das especificidades de cada uma delas.

É importante salientar que essa organização administrativa da escola é expressa pela maneira como ela promove o processo ensino-aprendizagem, buscando articular-se com as especificidades e demandas da comunidade. Para tanto, é necessário que a estrutura organizacional da escola situe a posição de cada elemento e estabeleça funcionalidades em sua estrutura.

Como também permita a todos os profissionais recursos didáticos, para extrapolarem a sua criatividade de conduzir o conhecimento com que venham subsidiar à sua prática, desenvolvendo competências, habilidades e atitudes.

Para o alcance dessas condições deve-se atuar tendo como objetivos: redefinição da estrutura administrativa da escola favorecendo a organização do fluxo de materiais, organização do espaço físico e do trabalho pedagógico; dimensionação da estrutura da escola em reforma de sua estrutura física, para que este seja um ambiente acolhedor e agradável para o favorecimento de ensino atendendo suas tipificações e a lotação de recursos humanos e ainda a capacitação dos profissionais da escola para implementação da nova estrutura organizacional administrativa da escola.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A estrutura organizacional pedagógica determina a ação da estrutura administrativa. Organiza as funções educativas para que a escola atinja de forma efetiva as suas finalidades, refere-se às interações políticas, às questões de ensino-aprendizagem e às de currículo.

Para desenvolver a ação educativa, depende-se dos elementos de composição da estrutura organizacional, articulada com os setores e as funções da escola.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa busca determinar um novo fazer pedagógico dirigido aos 140(cento e quarenta) alunos do 1º ao 9º Ano do Ensino Fundamental, aliado ao trabalho pedagógico voltado a perspectiva construtivista de ensino e ao compromisso da instituição escolar, enquanto promotora de políticas públicas de qualidade.

Vale ressaltar que em raras metodologias aplicadas pelos professores, foi possível verificar a adoção metodológica em sala de aula da perspectiva construtivista de ensino na íntegra, o que potencializa a fragmentação do ensino.

A estrutura organizacional pedagógica da Escola Municipal Simão da Costa Campos, busca coordenar e executar projetos pertinentes ação pedagógica, sendo indispensável a participação de todos os envolvidos no processo educacional de estudos e debates a cerca do trabalho a ser desenvolvido, as turmas são organizadas conforme dispõe a Resolução 2.197 de 26 de Outubro de 2012, em turmas heterogêneas conforme a idade dos alunos.

A participação na coordenação do conselho de classe é requisito indispensável para a discussão e reelaboração da proposta pedagógica assim como a coordenação e participação no processo de implementação da auto-avaliação na

unidade escolar, sendo assim assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas é dever e compromisso indispensável a este trabalho.

Ao estimular o uso de recursos tecnológicos e o aperfeiçoamento dos recursos humanos é mais significativo a elaboração de relatórios de dados educacionais objetivando a ação-reflexão-ação.

Assim sendo em relação à organização didático pedagógica, são considerados neste planejamento: o zelo pela integridade física e moral do aluno, a coordenação das atividades de planejamento pedagógico da escola, a participação da elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do Plano de Intervenção Pedagógico. Haja vista que a coordenação, elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico da escola condiz com o desenvolvimento de projetos pedagógicos, sendo necessário a articulação com órgãos gestores de educação e intersetoriais. A elaboração e cumprimento do calendário escolar e o incentivo aos alunos em participarem dos grêmios estudantis, palestras, seminários, feira cultural e artística, apresentação em assembleia das datas cívico-sociais, encontros pedagógicos, capacitações, cursos, e outros eventos da área educacional e correlatos, facilitam o intercâmbio com outras instituições de ensino.

O desenvolvimento de avaliação da aprendizagem e o repasse dos resultados para os pais, compreende a integração da escola com a família do aluno e a comunidade assim como o cumprimento da legislação escolar e educacional. A avaliação da aprendizagem propõe assim a execução e avaliação das atividades, sistematizada pela elaboração operacionalização e divulgação do aproveitamento do aluno como proposta pedagógica que objetiva a democratização do ensino.

Neste sentido para promover uma aprendizagem significativa é fundamental a prática de reunião de conselho de Classe sendo que a sua discussão deve contemplar: elaboração de portfólios das turmas, utilização de recursos tecnológicos, elaboração e avaliação periódica do regimento escolar, planejamento pedagógico com base o perfil do aluno, auto avaliação pelo professor, discussão dos resultados dos alunos, relatório individual do aluno, dentre outros aspectos de caráter didático-pedagógicos plausíveis de discussão, reelaboração e aplicação a prática educativa.

3. CURRÍCULO

O currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos é desenvolvido conforme orientação do Programa Oficial de Ensino, Referencial Curricular da Rede Municipal e Parâmetro Curricular Nacional. O que se refere à Base Nacional Comum de comum acordo com a LDB 9394/96, Art. 26 e 27 compreende os seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Educação Física, Educação Religiosa e na parte diversificada Inglês com disciplina obrigatória, Redação e Expressão para 6º e 7º Ano e Geometria para 8º e 9º Ano do Ensino Fundamental por serem conteúdos que atendem melhor a comunidade.

Na Educação de Jovens e Adultos o Plano Curricular é constituído pelos componentes da Base Nacional Comum, sendo que eles são trabalhados a partir dos eixos temáticos (temas geradores) abordados de forma interdisciplinar. A metodologia aplicada valoriza as experiências do aluno onde este deixa de ser mero receptor e passa a ser sujeito da construção de seu conhecimento. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7)

Assim, isso implica que essa organização, elaborada principalmente no Projeto Político Pedagógico da escola deve levar em conta alguns princípios básicos da sua construção.

Entre eles o fato de que o processo de desenvolvimento do currículo ter sido cultural e, portanto, não neutro. O currículo não é estático, pelo contrário, ele foi e continuará sendo construído. A reflexão sobre isso é importante, porque, conforme Veiga (2002, p. 7) afirma, “a análise e a compreensão do processo de produção do conhecimento escolar ampliam a compreensão sobre as questões curriculares”. A organização do currículo escolar da Escola Municipal Simão da Costa Campos se dá de forma fragmentada e hierárquica, ou seja, cada disciplina é ensinada separadamente e as que são consideradas de maior importância em detrimento de outras recebem mais tempo para serem explanadas no contexto escolar.

Vários autores apontam para a possibilidade de o currículo não ser organizado baseando-se em conteúdos isolados, pois vivemos em um mundo complexo, que não pode ser completamente explicado por um único ângulo, mas a partir de uma visão multifacetada, construída pelas visões das diversas áreas do conhecimento.

A organização do currículo deve procurar viabilizar uma maior interdisciplinaridade, contextualização e transdisciplinaridade; assegurando a livre comunicação entre todas as áreas.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O ideário de Educação de um modo geral, ainda faz parte de uma idealização utópica da sociedade. Seja pela falta de políticas pedagógicas efetivas, propostas pedagógicas firmes e comprometidas ou pela falta de conhecimento deste campo, pose-se afirmar que esta realização ainda soma um desafio social.

Acompanhamos, portanto, uma realidade em que muitos projetos não são valorizados, em que há um desconhecimento do significado do exercício pedagógico e que não oferece condições para que as legislações se concretizem.

Neste contexto, sabe-se que a interação, a troca de experiências, o estímulo, a apropriação dos diversos conhecimentos no Ensino Fundamental, são fundamentais para garantir à criança o seu desenvolvimento e conseqüentemente a formação integral como ser humano. Mas então perguntamos como trabalhar neste

sentido de desenvolvimento, trazendo significado para esta prática, se, como educadores têm classes heterogêneas, muitas vezes sem apoio familiar, tendo ainda em desvantagem estes desafios já caracterizados? E, ainda assim, como trabalhar atividades com a criança sem interferir, no papel de adulto, em suas atitudes e interações promovendo a autonomia e a criatividade? Deste modo, entendendo a turma como um espaço heterogêneo, tendo em vista a faixa etária, o histórico, as necessidades biológicas, psicológicas, sociais e históricas de cada criança, devemos pensar em atividades diversas, as quais deverão envolver as crianças e assim estimular a partir do dia-a-dia o desenvolvimento de uma série de habilidades.

Esta organização do tempo e espaço escolar deve ser construída a partir deste conjunto de atividades que possibilitam, entre outras competências, a iniciativa, a segurança, a confiança etc.

Para proporcionar estas atividades é necessário, sobretudo, fazer um planejamento pensando nos momentos mais adequados e no local em que serão realizadas. Partindo deste pressuposto o processo de organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é estabelecido pelo tempo de 04 horas diárias de atividades disciplinares incluindo em alguns casos as atividades extra-classe, no cumprimento de tempos para atividades extra curriculares. Estas são devidamente apropriadas e consolidadas pela escola, em seu planejamento anual são consideradas as capacidades que necessitam ser consolidadas até o final do ano letivo, ainda com a implantação do Programa Mais Educação foi facilitado a apropriação do fazer educativo como extensão do tempo de trabalho com os alunos, o que facilitou um novo redimensionamento do fazer educativo.

Em relação ao espaço as turmas são heterogêneas, já o número de alunos dependem de muitas variáveis no tempo e espaço, sendo que no 1º e 2º Ano do Ensino Fundamental estabelece o número máximo de 25(vinte e cinco) alunos e os demais anos de escolaridade no máximo 35 (trinta e cinco) alunos.

Deve-se entender que para que esses objetivos sejam alcançados é necessário que a organização das atividades no tempo e no espaço assegure para além do reconhecimento das especificidades etárias ou da utilização ampla dos

espaços externos e internos, seja assegurado o direito da criança, e o reconhecimento da importância da sua participação ativa neste processo.

Assim, é preciso repensar sobre esse tempo e espaço e suas proposições, reconhecendo a instituição escolar como um ambiente heterogêneo, plural, rico em aprendizagens, brincadeiras, fantasias e sonhos.

Contudo, cada aluno é único e a organização do tempo e espaço escolar deve ser focalizado na vivência e interesse dos alunos. O professor deverá ainda ter em consideração que o ritmo de trabalho dos alunos varia ao longo do dia, como também variam as limitações do grau de atenção dos alunos.

Tendo em conta estes pressupostos o professor deve estar atento a estas variações quando programam as atividades de sala de aula, devem refletir sobre a capacidade dos alunos para aprendizagem, bem como, saber identificar mesmo o próprio rendimento.

O tempo e espaço escolar são aspectos importantes na vida e organização da escola e deles dependem todo o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

Contudo a distribuição destes tempos deve ter em conta o aluno, as suas capacidades e limitações, o seu ritmo de trabalho, a fadiga e o espaço interfere diretamente na elucidação dos interesses e necessidades estando a serviço do principal ator deste processo: O aluno.

Os profissionais de ensino devem saber usar o tempo e espaço da melhor forma possível, quanto melhor o aproveitamento melhor serão os resultados obtidos e a vida escolar será vivida com mais prazer e alegria.

Compreende-se, portanto, que a organização do espaço é uma produção de professores, as quais mediante a elaboração e execução da proposta pedagógica organizam e utilizam o espaço em função de suas concepções.

Em finalização a discussão da temática sobre a organização do tempo e espaço na Escola Municipal Simão da Costa Campos é importante considerar que

esta ao adotar a modalidade de ensino em ciclos, altera os tempos e os espaços da escola.

Assim a visão crítica das finalidades educacionais da escola interliga a visão de homem enquanto sujeito histórico, busca compreender a sociedade como construção histórica em permanente processo de transformação, valorizando assim a diversidade e os ritmos no processo educativo.

Em síntese o conhecimento como processo de construção e reconstrução visa compreender a aprendizagem como um direito da cidadania, reduzir a reprovação e a ações de recuperação e ampliar o reforço da aprendizagem do aluno e este já define um dos ideários de Educação a ser constituído na escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

No exercício do poder está a essência da democracia. E a qualidade do exercício do poder está referida ao espaço de autonomia que fundamenta o ser cidadão e a finalidade da instituição educacional.

O poder é exercido por todos os atores sociais em todas as ramificações da estrutura organizacional. Na dialética do funcionamento da sociedade e das organizações, todos exercem estrategicamente nosso poder. Neste sentido Paulo Freire constitui rica fonte inspiradora: “Assim sendo o exercício da democracia clama cada vez mais pela participação da sociedade na gestão das instituições públicas, pela voz da pluralidade social”(colocar o ano e a página).

Resgatar a dimensão histórica da participação na decisão de todos no que concerne a todos, isto só será viável por mecanismos de representação, ajudando a resgatar o sentimento de pertença a todos do bem público e a responsabilidade coletiva na trajetória humana, presente no ser humano desde os primórdios de sua organização social.

A gestão da Escola Municipal Simão da costa Campos se coloca hoje em uma visão democrática como um dos fundamentos da qualidade da educação, como exercício efetivo da cidadania. E assim situa um dos maiores desafios da instituição escolar: a democracia.

Uma educação emancipadora é condição essencial para a gestão democrática. Escolas e cidadãos privados da autonomia não terão condições de exercer uma gestão democrática, de educar para a cidadania.

A abordagem da gestão democrática do ensino passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico, pela autonomia da escola. Haja vista que o processo de decisão do Diretor Escolar dá-se através de um processo de eleição sob a responsabilidade da Comissão de Eleição Municipal, além de contar com a representação do Conselho Escolar legalmente constituído, também pela equipe municipal responsável por sua implantação na escola, faz-se necessário considerar que em nossas análises não foi possível evidenciarmos o trabalho do Conselho Escolar nas situações que demandam decisão pela escola, além de que é urgente a apropriação dos membros a este fazer democrático.

Apesar das ações que demandam aplicabilidade para a efetivação de uma gestão democrática é necessário salientar que o gestor busca a partir de suas possibilidades, reunir os profissionais de educação para um diálogo aberto entre eles, favorecendo sim a implantação sólida de sua gestão democrática e participativa, estabelecendo, então, uma nova cultura organizacional e esse fator é essencial no desenvolvimento da função social da escola.

Para atingir plenamente a gestão democrática há de se perceber que todos os setores da unidade escolar necessitam de um envolvimento nessa perspectiva, os avanços dentro do propósito estabelecido devem ser apreciados, avaliados e reavaliados em conjunto. A medida desenvolvida dentro desta percepção conjunta ganhará, por excelência, parâmetros competentes que se transformarão em realidade que, certamente mudarão de forma contínua e gradual os aspectos do cotidiano da unidade escolar.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

No que tange às relações de trabalho no interior da Escola Municipal Simão da Costa Campos, este foi percebido em algumas situações como um espaço minado, onde formas diferentes de pensamentos ganham um caráter notadamente antagônico, o que permite afirmar a existência de interesses opostos, em cujo

contexto as imposições de alguns reforçam o poder da individualidade sobre a coletividade.

Este é um desafio para a instituição e para a efetivação das relações democráticas. Na verdade as relações na escola são perpassadas pelo autoritarismo, é hierárquica, tendo em vista o mero controle do trabalho alheio.

Por outro lado, nos discursos de outra parcela de educadores, está presente o desejo de uma escola democrática e de qualidade, um desejo, diria, muito consistente. Mas, por que suas ações reforçam uma estrutura de relação de poder semelhante à do Estado autoritário? Seriam eles também destinados para tal? Eis uma questão para reflexão.

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, conselho escolar, professores, diretor, supervisor pedagógico, auxiliares de serviços e etc.).

A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior da escola. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões.

O enfoque do Projeto Político Pedagógico nas relações de trabalho concentra-se na importância e necessidade da participação da família na escola, na vida dos filhos, sendo entendida como estratégia para que os professores possam planejar, propor e coordenar atividades significativas e desafiadoras capazes de impulsionar o desenvolvimento das crianças e de amplificar as suas experiências e práticas socioculturais.

São os pais em parceria com a escola quem poderá mediar às relações das crianças com os elementos da natureza e da cultura, ao disponibilizar materiais, a promoverem situações que abram caminhos, provoquem trocas descobertas, incluam cuidados afetivos, favoreçam a expressão por meio de diferentes linguagens articulem as diferentes áreas do conhecimento e se fundamentem nos princípios éticos, políticos e estéticos, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental (Brasil. Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação - Resolução CEB nº 02/ 1998).

Ainda, assim, e sob o enfoque da importância da família na escola, a sua participação dá-se em fase lenta na instituição de ensino sendo estes submetidos na escola, a partir de convocações diretas por parte da direção da escola.

Considerando importante enfatizar que, para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos: a eliminação do autoritarismo centralizado; a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças e distanciamento em relação, principalmente à comunidade; a eliminação do binômio dirigente/dirigido; a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia a -dia.

Nesse sentido, a escola poderá ser vista como um espaço vital na luta a favor da democracia. Para tanto, é relevante construir um espaço onde não se pratique mentiras e omissões.

Sabemos que esta será uma tarefa extremamente difícil e problemática, mas a escola terá sentido tanto para alunos, como para os pais, professores e funcionários da escola como um todo, se todos estes experimentarem o autogoverno, efetivamente concretizará esta prática quando todos os atores da unidade escolar estejam aptos a tomarem decisões no local de trabalho, onde todos terão responsabilidades para com a organização e o funcionamento da escola.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma constante em nosso dia-a-dia. Não aquela que fazemos ou que estamos comprometidos a fazer quando nos encontramos na Escola, mas outro tipo, como aquele em que avaliamos impressões e sentimentos.

É assim que, nas interações cotidianas, em casa, em nossa trajetória profissional, durante o lazer, a avaliação sempre se faz presente e inclui um julgamento de valor sobre nós mesmos, sobre o que estamos fazendo, sobre o resultado de trabalhos. Na ação escolar, a avaliação incide sobre ações ou sobre objetos específicos: no caso, o aproveitamento do aluno ou nosso plano de ação. Em relação a aprendizagem sistemática dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental além do planejamento anual, o professor faz o planejamento semanal que é acompanhado pelo Especialista da Educação, nos anos finais do Ensino Fundamental o professor lança o conteúdo trabalhado no diário de classe e faz roteiro das aulas, separadamente e a cada 15(quinze) dias e também é acompanhado pelo Especialista da Educação, são utilizados como critérios de

avaliações além das avaliações bimestrais, fichas de observações e registro, atividades diferenciadas, entre outras conforme a didática do professor.

O essencial é que os instrumentos utilizados provoquem a reconstrução crítica do pensamento e da ação dentro da sala de aula. Daí a importância do envolvimento e do dinamismo nas atividades desenvolvidas e nas atividades para a avaliação, proporcionando ao aluno o diálogo com os conteúdos que lhe são transmitidos e a consequente construção do conhecimento, este processo é garantido através do calendário escolar, de no mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental.

Na avaliação das capacidades dos alunos do 1º ano é necessário que este possa desenvolver atitudes e disposições favoráveis a leitura, conhecer os usos e funções sócias da escrita, compreender o princípio alfabético do sistema de escrita e ler e escrever palavras e sentenças, no 2º ano os alunos devem ler e compreender pequenos textos, produzir pequenos textos escritos e fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais e no 3º ano os alunos deverão ler e compreender textos mais extensos, localizar informações no texto, ler oralmente com fluência e expressividade e produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e a escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura. Na área de matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição, subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Ao final do Ciclo Complementar no 4º e 5º Ano, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do ciclo complementar em matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a

grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Assim, a escola deve ao longo dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrem e garantir a progressão continuada dos alunos.

Nos Ciclos finais do Ensino Fundamental os alunos deverão ainda ser capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada componentes curricular, e produzir, com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados.

Neste sentido é de fundamental importância a avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, em conjunto com toda a equipe pedagógica da escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, redimensionada na ação pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem, a escola utiliza procedimentos, recursos de acessibilidade e instrumentos diversos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, entrevistas, provas, testes diagnósticos, adequando-os a faixa etária e as características de desenvolvimento do educando e utilizando a coleta de informações sobre a aprendizagem dos alunos como diagnóstico para as intervenções pedagógicas necessárias.

As formas e procedimentos utilizados pela Escola para diagnosticar, acompanhar e intervir, pedagogicamente, no processo de aprendizagem dos alunos, são expressas com clareza, o que é esperado do educando em relação a sua aprendizagem e ao que for realizado pela escola, sendo registrado como fim para subsidiar as decisões e informações sobre sua vida escolar.

A análise dos resultados da avaliação interna da aprendizagem realizada pela escola e os resultados do sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública SIMAVE, constituído pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica-PROEB, pelo Programa de Avaliação da Alfabetização- PROALFA e pelo Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar PAAE, devem ser considerados para elaboração, anualmente, pela Escola do Plano de Intervenção pedagógica e as redefinições das ações pedagógicas em sala de aula.

Precisamos entender que nada é mais motivador do que sentir-se capaz. “se a avaliação tornar-se uma atividade formativa, ela estará sempre a serviço do sucesso” A LDB, no seu artigo 9º incube a União de assegurar o processo Nacional de Avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os Sistemas de Ensino objetivando a definição de prioridades e a melhoria do ensino.

A resolução 469/2003, expressa que a Avaliação do de aprendizagem deve ser contínua, diagnóstica e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase e Ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades dos alunos. Na escola é organizado o processo de avaliação do 1º e 2º Bimestres: são distribuídos 20 pontos a cada bimestre, sendo: 12 pontos de atividades avaliativas (PROVA) e 08 pontos para trabalhos em sala de aula e extraclasse, participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola comportamento, pesquisa, assiduidade, frequência.

No 3º e 4º Bimestre: serão distribuídos 30 pontos pra cada bimestre, sendo 18 pontos para atividades avaliativas (PROVAS) e 12 pontos para participação nas atividades desenvolvidas em sala de aula e eventos promovidos pela escola, comportamento, pesquisa, assiduidade, frequência, trabalhos realizados em sala de aula e extraclasse.

Cabe ao professor definir os instrumentos de avaliação a serem utilizados durante o ano, de acordo as necessidades de cada aluno e a natureza do conteúdo a ser trabalhado.

A escola deve oferecer a criança, condições para seu crescimento físico, emocional e social, sendo que a própria criança é agente de construção de sua história, partindo da realidade de seus conhecimentos, incentivando-a a ampliar suas potencialidades.

Para um bom relacionamento entre os sujeitos do processo educativo são desenvolvidas ações como projetos, palestras, reuniões, troca de experiências em parcerias tendo com suporte o Referencial Curricular Nacional e norteado pelos princípios éticos, políticos e estéticos.

É fundamental aos envolvidos no processo educativo terem vontade de fazer e criar, agir e ousar, princípios que devemos semear e cultivar em nós mesmo, e em nossos relacionamentos para que a transformação possa finalmente ocorrer.

Através de reuniões pedagógicas, por disciplina e modalidade de ensino, no início do semestre letivo, são avaliadas as ações desenvolvidas no semestre anterior, por meio de: conselho de classe, questionários, suplementos, gráficos e auto avaliação.

Com base no resultado, são montadas estratégias a serem implantadas pelo Especialista da Educação e o Diretor Escolar em consonância com os professores, visando favorecer o processo pedagógico a partir da identificação das potencialidades e limitações que cada docente apresentar. São feitos grupos de estudo e debates sobre a prática onde fica evidente a importância do trabalho coletivo.

Para inventar e organizar o trabalho escolar é preciso ser criativo no sentido mais generoso da palavra. E isso dá muito trabalho. Mas está na criatividade a possibilidade de melhorar a nossa prática, e assim sermos mais felizes.

CASTANEDA diz - nos que: “qualquer caminho é apenas um caminho e não constitui insulto algum para si mesmo, ou para os outros, abandoná-lo quando assim ordena seu coração. Tente-o tantas vezes quantas julgar necessário e, então, faça a si mesmo, e somente a si mesmo, uma pergunta: possui esse caminho um coração? Se possui, esse é bom, caso contrário, ele não tem importância alguma”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os debates realizados sobre o Projeto Político Pedagógico no que diz respeito a sua estruturação, em vários momentos, abordaram o tema das Diretrizes para a Educação Básica e Resolução de nº 2.197, de 26 de Outubro de 2012. Ambas, foram objetos de análise além de outros documentos, durante o processo de análise do documento, foi de extrema importância vincular a um objetivo comum articulado aos fundamentos apresentados no Curso de Especialização de Gestores Escolares e a vivência na Escola Municipal Simão da Costa Campos.

Assim, este documento adota o entendimento de que é necessária uma atividade intencional e bem planejada e organicamente concebida, que se justifica pela realização de atividades voltadas para as mesmas finalidades ou para a concretização dos mesmos objetivos estabelecidos no Projeto Político Pedagógico da escola.

A construção de uma educação de qualidade constitui um desafio dessa nova década. Não faltam discursos que abarcam a qualidade da educação, oriundos de instâncias distintas. Porém, as asserções a respeito, muitas vezes, não ultrapassam o mero discurso.

A abordagem sobre qualidade da educação necessita ser problematizada no coletivo, de modo que sejam encontrados caminhos para a sua efetivação, o que implica a continuidade de políticas públicas educacionais que não sejam vulneráveis às mudanças eleitorais.

No nível da unidade escolar a mudança sucessiva, por vezes, dos gestores escolares e dos professores, compromete, também, a qualidade dos processos do ensino e da aprendizagem, tendo em vista que a cada mudança, faz-se necessário a apropriação da realidade escolar e dos horizontes da escola delineados no projeto político pedagógico.

No cenário atual, a qualidade da educação está atrelada a indicadores que emanam dos exames nacionais centrados no desempenho dos alunos.

Assim ocorre com a Prova Brasil que integra o IDEB o que por vezes compromete as raízes práticas da escola e volta-se apenas para a “mecanização” dos resultados para a avaliação externa.

Contudo, para as ações em prol da melhoria da qualidade da educação necessita permanentemente ações que contribuam para os processos do ensino e da aprendizagem, que contribuam para a formação de um cidadão participativo, protagonista de transformações, tendo como horizonte a justiça social. Nessa perspectiva, nesse contexto de mudanças é válido, considerar articulação de uma Gestão Democrática como um desafio para desencadear problematizações e buscar novos caminhos, no coletivo, pelos educadores imbuídos e comprometidos com a educação transformadora.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica.** In: ABRAMOWICZ, A. e MOLL, J. *Para Além do Fracasso Escolar.* Campinas: Papirus, 1997.

BARRETO, Elba S.S. e outros. **Explicando as Alterações Básicas Introduzidas na Sistemática de Avaliação no Ciclo Básico.** In: SÃO PAULO Secretaria da Educação, *Ciclo Básico.* São Paulo: SE/CENP, 1990.

BONDIOLI, A. **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação: a qualidade negociada.** Campinas: Autores Associados, 2004. 14

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Organização dos Textos, notas, índices por Juarez de Oliveira. 6ª Ed. Atualizada e Ampliada. São Paulo: Saraiva 1996.

BRASIL. Lei nº 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília, 1990.

CASTANEDA. R. Gonzalo. **A Empresa Colaborativa: Antecedentes e Desafios para O século XXI.** Universidade Da América México,1998.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, J:Vozes, 2006. CIDADESSat@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidade-sat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 30 de outubro de 2013.

DIAS, Regina Teixeira de Salles e FARIA, Vitória Barreto de. **Currículo na Educação: diálogos com os demais elementos da Proposta Pedagógica.** São Paulo: Scipione, 2007.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Formação de profissionais da educação no Brasil:** o curso de Pedagogia em questão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 01 de Novembro de 2013.

FAUNDEZ, A. **O Poder da participação.** São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3a ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação educacional: caminhando na contramão.** 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da Organização do Trabalho Pedagógico e da Didática.** Campinas: Papirus, 1995.

GADOTTI, M. **Escola cidadã, cidade educadora: projetos e práticas em processo.** In: CONZATTI, Marli; FLORES, Maria Luiza R.; TOLEDO, Leslie(orgs). Da escola cidadã à cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. Porto Alegre. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Secretaria Municipal de Educação. 2002. Páginas 11-17.

GADOTTI, M. **O projeto político pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania.** 1996. Texto extraído do site www.paulofreire.org/MoacirGadotti/Artigos/Portugueses/EscolaCidade/ProjetoPoliticoPedagogico acesso em 30/10/2013, às 10h25.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília. DF, Vol. 134, n.248, 23 dez. 1996. Seção I, p. 27834-27841.

LIMA, Elvira Souza. **Ciclos de Formação: uma reorganização do tempo escolar.** São Paulo: GEDH, 2000.

NARODOWSKI, Mariano. **Adeus à infância (e a escola que a educava).** In: SILVA, Luiz Heron, (org.). Porto Alegre: SMED, 1998. p.172-177.

Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 9 jul. 2010, Seção 1, p.10.

PLACCO, V. M. N. de S. **Formação de professores: o espaço de atuação do coordenador pedagógico-educacional.** In: FERREIRA, S. C.; AGUIAR, M. Â. da S. Para onde vão à orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº 2.197, DE 26 DE OUTUBRO DE 2012. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do ensino nas Escolas Estaduais de Educação Básica de Minas Gerais e dá outras providências. (Belo Horizonte – 2012)

Revista da FAEEBA: **Educação e Contemporaneidade**, Salvador. v. 12. n. 20, jul./dez., 2003, p. 431-446.

SCHNEIDER, M. P. **Projeto Político Pedagógico e pesquisa: uma nova escola**. Videira: Unoesc, 2001.

SILVA, J. **Introdução: avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa reguladora**. In: SILVA, J., HOFFMANN, J.; ESTEBAN, MT. Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo. Porto Alegre: Mediação, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação como Processo de Inclusão**. In *Anais do Seminário de Educação de Criciúma*. Criciúma, Secretaria Municipal de Educação, 2001.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 2002.

WALLON, Henri et alii. **Plano de Reforma Langevin-Wallon**. In: MERANI, Alberto L. *Psicologia e Pedagogia - as idéias pedagógicas de Henri Wallon*. Lisboa: Editorial Notícias, 1977.

ZAIDAN, Samira. **Ciclos no ensino fundamental**. In: Revista *Presença Pedagógica* v. 5, n. 30, novembro/dezembro, 1999.